

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

ADRIANO DE FREIXO

*Os militares e o governo Jair Bolsonaro:
entre o anticomunismo e a busca pelo
protagonismo*

ZAZIE  EDIÇÕES

*Os militares e o governo Jair Bolsonaro:
entre o anticomunismo e a busca pelo
protagonismo*

2020 © Adriano de Freixo

COLEÇÃO

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber

EDITORA

Laura Erber

PREPARAÇÃO DE TEXTO

Angela Vianna

REVISÃO DE TEXTO

Maria Cecilia Andreo

DESIGN GRÁFICO

Maria Cristaldi

Bibliotek.dk

Dansk bogfortegnelse-Dinamarca

ISBN 978-87-93530-91-1

Este ensaio é uma versão revisada e ampliada de dois textos publicados originalmente nos números 178 (nov. 2018) e 198 (jul. 2020) da revista *Teoria e Debate*, editada pela Fundação Perseu Abramo.

Zazie Edições

Copenhague / Rio de Janeiro

www.zazie.com.br

PEQUENA BIBLIOTECA DE ENSAIOS

ADRIANO DE FREIXO

*Os militares e o governo Jair Bolsonaro:
entre o anticomunismo e a busca pelo
protagonismo*

ZAZIE EDIÇÕES

MEU BRASIL BRASILEIRO

*Que uma lua mais verde
venha libertar nossos olhos enredados
da indiferença amarela
que ora habitamos.*

Eudoro Augusto

Em depoimento a pesquisadores do Centro de Pesquisa de História Contemporânea (CPDOC/FGV), em 1993, o general Ernesto Geisel, quarto presidente do ciclo ditatorial, definiu o então deputado federal Jair Bolsonaro como um “mau militar”.¹ Anos depois, em entrevista a um portal de notícias, Jarbas Passarinho, também oficial do Exército e ministro de várias pastas durante a ditadura, usaria a mesma expressão para se referir ao atual presidente do Brasil, acrescentando ainda a informação de que ele só não perdera o posto de capitão graças à intervenção de um general, integrante do Supremo Tribunal Militar, de quem era amigo.²

¹ Celso Castro e Maria Celina d’Araújo. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

² *Terra Magazine*, 31 mar. 2011.

Até não muito tempo atrás, a percepção de Geisel e Passarinho sobre Jair Bolsonaro era predominante entre a maior parte da oficialidade superior das Forças Armadas. Em decorrência dos processos disciplinares a que foi submetido e que por pouco não o levaram a ser expulso do Exército, o ex-capitão era visto com ressalvas, e sua popularidade se restringia a praças e oficiais subalternos e intermediários. No entanto, ao longo dos últimos anos, essa situação foi se alterando, até que, nas eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro acabou por receber o voto maciço do conjunto dos militares e o apoio, implícito ou explícito, de suas principais lideranças.

Assim, sua ascensão à Presidência da República – articulando em torno de si um grupo palaciano formado por diversos oficiais-generais da reserva que, até recentemente, ocupavam cargos importantes na estrutura das Forças Armadas e contando com o voto e a simpatia da maior parte das tropas – traz implícita uma questão de extrema relevância: como um ex-capitão de carreira militar apagada, reformado em decorrência de processos disciplinares, com atuação pífia como parlamentar e que até não muito tempo antes era visto com ressalvas e mesmo com desdém por boa parte das lideranças militares, conseguiu angariar toda essa base de apoio nos meios castrenses?

Para a compreensão desse fenômeno, três pontos parecem fundamentais.

1. O revigoramento da ideologia anticomunista – bastante presente nas Forças Armadas desde o sé-

culo passado –, com nova roupagem e em perspectiva ampliada, entre parte expressiva dos militares, de forma concomitante com outros setores da sociedade.

2. O desejo, implícito ou explícito, dos militares de retomar o protagonismo e o “prestígio” perdidos – relacionando-se este último à ideia de que o estamento militar deveria receber da sociedade maior reconhecimento e, como consequência, tratamento diferenciado – em um momento de crise da democracia formal e da representação política no Brasil e no mundo.

3. Como desdobramento do item anterior, uma série de insatisfações ou demandas corporativas, que vão do desejo de manter ou ampliar privilégios até o descontentamento com os trabalhos da Comissão da Verdade, passando por questões bastante específicas, como a possibilidade de mudanças nas instituições militares de ensino.

O bolsonarismo e os quartéis

Sobre o anticomunismo militar, pode-se dizer que ele remonta pelo menos à década de 1930, período marcado por grandes transformações na sociedade e no Estado brasileiro, forte polarização ideológica e profundas divisões políticas nos meios castrenses, em especial no Exército. Importantes lideranças militares viram no anticomunismo a ideologia capaz de

unificar as Forças Armadas e acabar com suas dissensões internas.

Embora possa parecer natural e lógica a noção de que a ideologia comunista vai de encontro ao *ethos* militar – pela percepção de que ela se opõe aos dois princípios organizacionais básicos da instituição castrense, a hierarquia e a disciplina –, bem como a de que as Forças Armadas, defensoras por excelência do *status quo*, caracterizar-se-iam por um conservadorismo intrínseco, sendo o anticomunismo algo quase inato a elas, não se pode negar ou negligenciar a historicidade da construção dessa ideologia no ambiente castrense. É possível afirmar que o elemento central para a consolidação, entre os militares, de um até então difuso sentimento anticomunista foi a necessidade de eliminar as disputas e divisões internas nas próprias Forças Armadas.³

Nesse processo, desempenhou papel fundamental a fracassada Revolta Comunista de 1935, bem como a narrativa sobre ela construída e promovida pelas lideranças militares e pela ditadura estadonovista (1937-1945). Nas décadas seguintes, a rememoração da chamada “Intentona Comunista” se transformaria em uma das mais importantes cerimônias militares, contando, quase sempre, com a participação do presidente da República. Essa tradição só seria rompida no início dos anos 1990, durante o governo de Fer-

³ Roberto Martins Ferreira. *Organização e poder: Análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo: Annablume, 2005.

nando Collor, e a partir de então as homenagens e celebrações alusivas aos eventos de 1935 foram sendo gradativamente esvaziadas.⁴

O expurgo definitivo das vozes dissidentes, porém, só se concretizaria com o golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar. Já nos primeiros anos do novo regime, os militares alinhados com posições à esquerda – dos partidários do reformismo nacionalista do PTB aos simpatizantes do Partido Comunista – foram afastados, cassados e perseguidos. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade, após o golpe de 1964, 6.591 militares foram alvo de perseguições pelo Estado brasileiro – cassações, reformas compulsórias, demissões do serviço público por atos discricionários⁵ –, consolidando a hegemonia do pensamento conservador, em suas diversas inflexões, no interior das Forças Armadas.

Nos anos finais da ditadura, durante a transição democrática, a preocupação central de alguns dos líderes militares, como os generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, foi preservar a instituição militar, numa lógica da “distensão lenta, gradual e segura”, buscando prevenir “revanchismos” de futuros governos civis e minimizar os desgastes causados nas Forças Armadas pelo longo tempo à frente

⁴ Celso Castro. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

⁵ Paulo Ribeiro da Cunha. “Militares na política ou política entre militares: uma falsa questão?”. In: Jefferson Rodrigues Barbosa et al. (orgs.). *Militares e política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 43.

de um regime ditatorial que, nos momentos finais, se tornaria responsável por um longo período de recessão econômica (1981-1984) e deixaria de herança um país muito mais desigual do que era em 1964. Essa mesma lógica persistiu e contribuiu para moldar parte dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), quando um bem organizado lobby militar conseguiu garantir uma série de privilégios para as Forças Armadas na “Constituição Cidadã”. A Carta Magna abriria caminho, por um lado, para o início de maior controle civil sobre os militares; e, por outro, para a consolidação do deslocamento das Forças Armadas de suas funções precípua – a defesa nacional – para maior atuação na área de segurança pública e de garantia da ordem.

Nesse contexto, marcado pela democratização em nível doméstico, pelo fim da Guerra Fria e pelo triunfo da ordem liberal, assistiu-se a uma gradual perda de protagonismo dos militares, que se traduziu tanto em restrições orçamentárias, com redução dos investimentos no setor militar, quanto na ampliação do controle civil sobre as Forças Armadas, tendo como importante ponto de inflexão a criação do Ministério da Defesa, no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Paralelamente, intensificou-se o uso das chamadas “Operações de Garantia da Lei e da Ordem” (Op GLO), com a crescente utilização das Forças Armadas na segurança pública.

Previstas na Constituição Federal de 1988 e regulamentadas por meio de leis complementares e de-

cretos editados entre 1999 e 2010, as Op GLO são definidas, em seu arcabouço legal, como “operações militares conduzidas pelas Forças Armadas, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que têm por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento de instrumentos para isso” (Portaria Normativa 186/MD/2014).⁶ Assim, foi se tornando comum a utilização de contingentes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica na segurança de eventos que contam com a participação de autoridades e chefes de Estado estrangeiros – como a Rio-92 ou alguns encontros de cúpula – ou que mobilizam grandes multidões, como as visitas do papa ao país ou megaeventos esportivos.

No entanto, foi a partir da década passada, justamente durante o ciclo de governos petistas, que a presença das Forças Armadas em atividades de segurança pública se tornou mais constante, independentemente da ocorrência de grandes eventos, ganhando destaque durante o processo de criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, a partir de 2008. A banalização das Op GLO geraria inúmeras críticas por parte de diferentes segmentos, sendo a principal questão de fundo o fato de que o aumento no número dessas operações – bem como a forma como vêm sendo executadas – representaria

⁶ Brasil. Ministério da Defesa. Portaria normativa nº 186/MD, 31 jan. 2012.

um desvio da atividade-fim das Forças Armadas: a defesa do Brasil contra inimigos externos. Somam-se a isso os questionamentos sobre o despreparo das tropas para lidar com situações cotidianas da segurança pública e o ainda vigente déficit de cultura democrática no interior das Forças Armadas, bem como a lembrança de sua histórica atuação no combate ao “inimigo interno” – os acusados de “subversão” – nos períodos de maior repressão política.

Numa perspectiva pragmática, mesmo reconhecendo que representam certo desvio da atividade-fim castrense, setores militares passaram a defender as Op GLO como forma de aumentar o orçamento das Forças Armadas e adquirir novos equipamentos e armamentos. Também acabou se disseminando entre seus defensores o argumento de que a experiência dos militares brasileiros na Missão de Paz da Organização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) teria lhes trazido algum know-how em operações de segurança pública, e que, portanto, agora eles reuniriam condições para cumprir essa atribuição também prevista no texto constitucional.

Logo, após uma sequência de governos de centro e de esquerda, e num contexto em que a democracia brasileira se apresentava como definitivamente consolidada, parecia que as Forças Armadas tinham efetivamente se recolhido aos quartéis e se subordinado ao poder civil. As boas relações com os governos civis, mesmo os petistas, chegaram ao ápice durante o segundo mandato de Lula, com Nelson Jobim à

frente do Ministério da Defesa. O aumento dos orçamentos militares, o reequipamento das Forças Armadas, a recuperação de perdas salariais, a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa, o reconhecimento da indústria de defesa como peça importante em um projeto nacional de desenvolvimento e a retomada de projetos estratégicos, como o do submarino nuclear, elevaram essas relações até um ponto ótimo. Nesse momento, o anticomunismo parecia restrito a pequenos grupos extremistas da direita castrense e a algumas manifestações esporádicas de militares de reserva, em particular aqueles articulados em torno do Clube Militar.

No entanto, nos trinta anos que se seguiram à promulgação da Constituição de 1988, uma caixa-preta continuou intocada pelos governos civis: a educação militar. Mais que locais de formação técnica e de preparação para o exercício das funções castrenses, as escolas militares são importantes espaços de socialização e transmissão dos valores institucionais aos futuros oficiais. Esse processo se dá não somente pelas disciplinas que compõem os currículos das academias, mas também pela convivência com os professores e oficiais pertencentes a gerações anteriores, que, na prática, funcionam como responsáveis pela moldagem e consolidação da identidade institucional dos jovens cadetes.

A intocabilidade desses espaços contribui para que haja um déficit de cultura democrática em parte expressiva das Forças Armadas, levando a situa-

ções como a escolha do general Emílio Garrastazu Médici como patrono da turma de formandos da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2010, ou à propagação do discurso saudosista da ditadura, bastante comum sobretudo entre militares mais jovens, que não viveram aquele período ou que realizaram sua formação profissional já no período democrático. Isso também aparece de forma muito clara nas críticas ao trabalho da Comissão da Verdade, instaurada em 2011, e na resistência em discutir de forma aberta e democrática o que ocorria nos porões da ditadura. Tudo isso remete a outro relevante problema de fundo: a dificuldade das Forças Armadas para lidar com o controle civil sobre elas, representado simbolicamente por um Ministério da Defesa cujo titular não pode ser um militar da ativa e que até o governo de Michel Temer, desde a sua criação, vinha sendo exercido por civis.

Nos últimos anos, o recrudescimento do conservadorismo acabou por revigorar o velho anticomunismo no interior das Forças Armadas, agora travestido de crítica ao “marxismo cultural” e às “estratégias gramscistas” que estariam sendo implementadas pela esquerda brasileira desde o início do processo de redemocratização. Não por acaso, um dos livros mais vendidos na história da Biblioteca do Exército é *A revolução gramscista no Ocidente*, de autoria do general de brigada Sérgio de Avellar Coutinho. Embora a edição da Bibliex seja de 2012, o livro já tinha sido publicado uma década antes, pela Ombro a Ombro,

nome de fantasia da Estandarte Editora e Empreendimentos Culturais, pequena editora carioca de orientação direitista que publicou autores como Mohamed Ali Seineldin, o coronel argentino que liderou sublevações militares contra os primeiros governos democráticos pós-ditadura em seu país.

Atualizando a tradição anticomunista das Forças Armadas com as teses sobre o “marxismo cultural” – provenientes da extrema direita norte-americana e difundidas no Brasil desde o final da década de 1980 por Olavo de Carvalho – e articulando-as com uma interpretação peculiar das ideias de Antonio Gramsci, o general Avellar Coutinho se tornou rapidamente referência para amplos setores da direita militar e civil, no contexto do crescimento do conservadorismo no Brasil, tanto com *A revolução gramscista no Ocidente* quanto com sua outra obra, *Cadernos da liberdade: uma visão do mundo diferente do senso comum modificado*, de 2003.⁷ Um dos argumentos centrais da obra do general é que, com o fim da Guerra Fria e a desintegração da antiga URSS, o movimento comunista internacional teria se reestruturado e adotado novas estratégias para a tomada do poder e a instauração do socialismo. Inspiradas pelas teses de Gramsci, essas estratégias teriam por base a ocupação de espaços no interior das instituições do Estado e da sociedade visando à conquista da hegemonia, por dentro, por meio de uma gradual reforma intelectual

⁷ Belo Horizonte: Grupo Inconfidência/Sografe, 2003.

e moral. Um exemplo dessa reforma, levada a cabo pelas *intelligentsias* esquerdistas, seria a difusão do “politicamente correto” (não por acaso, constantemente atacado por Bolsonaro e pelos militares do círculo palaciano), com o objetivo de modificar o senso comum e corromper, assim, as tradições históricas, culturais e morais das sociedades.⁸

O livro *A revolução gramscista no Ocidente* foi citado em coluna recente do jornalista Rubens Valente, “Alta Escola Militar inclui livro de olavista em sua bibliografia”,⁹ em que o autor informa que a obra de Sérgio Avellar Coutinho integra a bibliografia básica de uma das principais escolas militares, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, ao lado de outros autores conservadores, alguns deles do grupo articulado em torno de Olavo de Carvalho. Questionada, a direção da Escola respondeu que não se alinhava “com o pensamento de nenhum autor específico” e que possuía uma grande e diversificada biblioteca, capaz de fornecer “amplo enfoque sobre inúmeras áreas do conhecimento”, apesar de as informações solicitadas pelo colunista se referirem somente à bibliografia básica dos cursos da instituição, e não ao acervo da biblioteca.

⁸ Uma excelente análise da obra de Sérgio Avellar Coutinho, da articulação entre as suas teses e as da extrema direita norte-americana e da sua influência sobre os militares que compõem o núcleo duro do governo Bolsonaro pode ser encontrada em “Bolsonaro e os quartéis: a loucura com método”, de Eduardo Costa Pinto (disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_006_2019_PINTO.pdf>).

⁹ Notícias UOL, 19 jul. 2020; disponível em: <noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/19/forcas-armadas-escolas-bibliografia.htm>.

Essas teses têm sido replicadas, de forma explícita ou implícita, pelo grupo de generais da reserva que, desde a campanha, se articulou em torno de Bolsonaro, muitos dos quais ocuparam cargos relevantes na hierarquia das Forças Armadas até recentemente, inclusive nos governos petistas. Nessa visada, críticas a uma pretensa “doutrinação esquerdista” nas escolas e universidades, bem como a necessidade de uma “revisão histórica” do período ditatorial, tem comparcido insistentemente em entrevistas e manifestações públicas de figuras como os generais Aléssio Ribeiro Souto, Luiz Eduardo da Rocha Paiva ou Hamilton Mourão, vice-presidente. Sintomáticas desse anticomunismo recauchutado são as declarações do general Eduardo Villas Bôas – comandante do Exército nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer, e por muito tempo considerado um “moderado” – em novembro de 2018, sobre a necessidade de rememorar a “Intentona Comunista”.

Paralelamente a isso, durante os dois mandatos de Dilma Rousseff, enquanto se intensificavam as Op. GLO, começaram a surgir atritos entre as Forças Armadas e o governo, levando a um gradual tensionamento das relações com os militares. Além da já citada reação à instauração da Comissão da Verdade, em 2011, houve grande mal-estar no momento da assinatura, pela presidenta, em setembro de 2015, do Decreto nº 8.515/15, elaborado no âmbito do Ministério da Defesa durante a gestão de Jacques Wagner.

O decreto, entre outras decisões, retirava dos comandantes das Forças Armadas e transferia para o ministro da Defesa a competência de assinar atos relativos a pessoal, como transferência para a reserva, reforma de oficiais da ativa e da reserva, promoção de oficiais e mesmo nomeação de capelães militares, mexendo inclusive nos critérios de ascensão ao generalato. Para tentar minimizar o estrago, uma semana depois da edição do decreto, fez-se uma retificação estabelecendo que o ministro da Defesa poderia subdelegar aos comandantes das Forças Armadas essas competências. Mas isso não pareceu suficiente para setores expressivos das Forças Armadas, que também externavam preocupação com os debates no âmbito do governo sobre mudanças no ensino militar.

Essas tensões emergiriam com maior nitidez durante o processo que culminou no *soft coup* de 2016, quando, apesar da neutralidade aparente, setores das Forças Armadas flertaram claramente com o esgarçamento da institucionalidade até o seu limite, deixando implícito seu apoio ao afastamento da presidenta legítima. Isso ficou bastante visível em algumas iniciativas, sendo talvez a mais explícita ocorrida durante o período de interinidade de Michel Temer, quando a mais alta honraria do Exército, a “Medalha do Pacificador”, foi concedida ao juiz Sérgio Moro – personagem-chave na chamada “luta contra a corrupção” por liderar a operação Lava-Jato – e ao então ministro interino da Defesa, Raul Jungmann. As condecorações aconteceram no dia 25 de agosto

de 2016, poucos dias antes da confirmação do impedimento de Dilma Rousseff no Senado, no que pode ser entendido como uma discreta tomada de posição por parte do Exército.¹⁰

Convém registrar que, mesmo antes da abertura do processo de impedimento pela Câmara dos Deputados, o então vice-presidente já articulava pontes com as Forças Armadas, conforme noticiado pela mídia nos primeiros meses de 2016, por intermédio do general Sérgio Etchegoyen, futuro ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O golpe contribuiria para ampliar o protagonismo das Forças Armadas na vida nacional: a crise na segurança pública em diversos estados e as vicissitudes de um governo impopular, aliadas ao crescente clamor de segmentos da sociedade pela utilização das Forças Armadas – agora com popularidade renovada – contra o “crime organizado”, intensificariam o recurso aos militares no combate a esse novo “inimigo interno”.

Em contrapartida, o governo Temer faria uma série de concessões aos militares, prestigiando-os e tratando-os como um segmento especial da sociedade, com privilégios e direitos específicos. Sintomaticamente, um dos primeiros atos do novo governo, ainda na fase da interinidade, seria a revogação do já citado Decre-

¹⁰ Adriano de Freixo e Thiago Rodrigues. “Sobre crises e golpes, ou uma explicação para Alice”. In ____ (orgs.). *2016: o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

to nº 8.515/15 e o restabelecimento das competências dos comandantes das Forças Armadas. Além disso, os militares foram excluídos do controverso projeto de reforma da Previdência apresentado pelo governo, e ainda tiveram algumas antigas demandas atendidas, como a aprovação da Lei nº 13.491/17, que estabelece que os crimes de morte contra civis cometidos por militares no decorrer de Op GLO sejam julgados por tribunais militares, e não civis.

Simultaneamente, lideranças militares da reserva e mesmo um setor da ativa – contrariando o código disciplinar dos militares – passaram a se manifestar cada vez mais sobre questões políticas, quase sempre em defesa de medidas de exceção implementadas a partir do golpe de 2016, contribuindo para a percepção de que as Forças Armadas procuravam se apresentar, mais uma vez, como um “poder moderador” a tutelar a vida nacional. Uma das sinalizações mais contundentes nesse sentido se deu com o já célebre tuíte do general Villas Bôas, às vésperas do julgamento do *habeas corpus* para Luiz Inácio Lula da Silva pelo Supremo Tribunal Federal, em abril de 2018, que para muitos pareceu um alerta à Suprema Corte contra a concessão de liberdade ao ex-presidente. Esses acontecimentos contribuíram para pôr em xeque uma narrativa que ganhou força entre setores da esquerda, sobretudo no pós-golpe: a de que haveria uma pretensa disputa entre militares “democratas” e “legalistas”, personificados na figura de Villas Bôas, e militares “golpistas”, que teriam em

Etchegoyen seu representante mais destacado. Essa perspectiva, que peca por negar ou relegar a segundo plano o alto grau de coesão e institucionalização das Forças Armadas, tentava assim reeditar extemporaneamente a dicotomia “moderados *versus* linha dura”, do período 1964-1968, que, por sinal, também vem sendo bastante relativizada pela historiografia mais recente.¹¹

A aproximação entre setores das Forças Armadas e Jair Bolsonaro acabou por ser o desdobramento lógico e previsível de todo esse processo. O envolvimento, explícito ou discreto, de lideranças castrenses da ativa e da reserva na campanha vitoriosa de Bolsonaro fez com que a opinião pública, já desde antes do pleito, passasse a associar as Forças Armadas ao atual presidente da República. Com isso, mesmo com sucessivas declarações de comandantes militares, como o general Eduardo Villas Bôas, de que a eleição do ex-capitão não significaria a partidarização ou a politização das Forças Armadas, se consolidaria a percepção de que elas seriam “fiadoras” do novo governo, ou mesmo – pelo menos na visão de muitos setores ao centro do espectro político – um instrumento de contenção de posturas mais extremadas do candidato a presidente e de seu círculo mais próximo.

Assim, uma das preocupações que se impuseram no fim de 2018 dizia respeito precisamente ao modo

¹¹ Carlos Fico. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

como as Forças Armadas – que, como instituições do Estado, não poderiam, pelo menos em tese, ter vínculos políticos com governos, partidos ou organizações – se comportariam em relação a um governo chefiado por um de seus ex-integrantes e que contava com a presença de importantes lideranças oriundas dos quartéis em sua linha de frente.

Militares no governo ou um governo de militares?

Quase dois anos após o início do governo, a vinculação entre as Forças Armadas e o presidente da República parece ainda mais estreita do que se supunha em 2018. Temos agora quase três mil militares da ativa – sem contar os da reserva – ocupando cargos nos vários escalões da administração federal. No final do primeiro semestre de 2020, havia nove ministérios chefiados por oficiais das Forças Armadas da ativa ou da reserva, e mais um comandado por um oficial da Polícia Militar – o maior número desde o governo do marechal Castelo Branco (1964-1967), que chegou a ter doze ministros de origem castrense. Boa parte desses ministros militares faz parte do que podemos chamar de “Grupo do Haiti”, ou seja, oficiais que atuaram em posições de comando na Missão da ONU naquele país, dentre eles os generais Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Carlos Alberto de Santos Cruz, ex-ministro da

Secretaria de Governo, e Luiz Eduardo Ramos, atual ocupante desse mesmo cargo.¹²

Ao longo de 2020, o presidente recorreu frequentemente à prática de ampliar a participação dos militares em seu governo sempre que estourava alguma crise – em geral causada pelos arroubos verbais ou posições e iniciativas equivocadas do próprio Jair Bolsonaro ou do “núcleo duro” ideológico do bolsonarismo. Ele lançou mão dessa mesma prática toda vez que se intensificaram as contestações ao governo por parte de setores da sociedade ou de outras instituições da República. Configura-se, portanto, a estratégia de, por um lado, tentar reforçar o respaldo que ele possui entre os militares, como contraponto à perda de apoio nos outros setores da sociedade, e, por outro, de explorar e promover a imagem pública cultivada pelas Forças Armadas – ou seja, de que estas seriam dotadas de grande capacidade técnica e gerencial, mesmo em áreas que não integram suas atividades-fim. Dessa forma, apesar da forte presença de oficiais das Forças Armadas no governo desde a posse do presidente, essa tendência de militarização da administração federal se acentuaria efetivamente a partir do segundo semestre de 2019, à medida que crises políticas e/ou de gestão em várias áreas se avolumavam, consolidando-se ainda mais após o início

¹² Gilberto M. A. Rodrigues e Tadeu Morato Maciel. “Pacificação à brasileira? O paradigma de Caxias, e Minustah e o governo de Jair Bolsonaro”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2019.

da pandemia da Covid-19 e os episódios envolvendo a saída dos ex-ministros Luiz Henrique Mandetta e Sérgio Moro do governo.

Antes disso, nos primeiros meses do governo Bolsonaro, houve alguns choques entre o grupo de ministros fardados e o chamado “núcleo ideológico” ou “radical” do bolsonarismo, que conta entre seus expoentes dois dos filhos do presidente, Carlos e Eduardo Bolsonaro, e se alinha claramente às ideias de Olavo de Carvalho. A demissão do general Santos Cruz da Secretaria de Governo, em junho de 2019, após ele tentar exercer maior controle sobre a área de comunicação do governo – comandada agora por Fabio Wajngarten, integrante do grupo “olavista”, bastante próximo de Carlos Bolsonaro –, ilustra bem as tensões entre os grupos que compõem a base de sustentação de Jair Bolsonaro. Em agosto de 2020, por motivos similares, seria a vez do general Otávio Rêgo Barros, porta-voz da presidência da República, ser desligado do governo, depois de ter passado um ano e meio tentando administrar a conturbada relação do presidente com a imprensa.

Ainda no primeiro semestre de 2019, assistiu-se à atuação do vice-presidente Hamilton Mourão e de outros militares do grupo palaciano procurando conter os ímpetus radicais dos quadros mais “ideológicos” – como o chanceler Ernesto Araújo, o deputado Eduardo Bolsonaro e o assessor internacional da Presidência, Felipe Martins – em episódios como a possível intervenção armada na Venezuela

sob o pretexto de levar “ajuda humanitária” ao povo venezuelano, ou a discussão sobre a transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém. Essas posturas pareciam confirmar a crença, entre boa parte dos articulistas da grande imprensa – e mesmo entre estudiosos e lideranças políticas –, de que os militares poderiam formar um contraponto moderado e racional às tendências mais extremadas do presidente e de seu círculo mais estreito.

No entanto, a imagem de moderação do núcleo fardado do governo começaria a ruir ou pelo menos a ser relativizada nos primeiros meses de 2020. A crise política que se esboçava desde o fim de 2019 seria amplificada pelas respostas (ou pela ausência de) do governo à pandemia da Covid-19, pelos arroubos autoritários do presidente, por seu apoio a atos antidemocráticos, por diversos ataques à imprensa,¹³ pela perda de parte de sua base de apoio e pelo confronto de Bolsonaro com o Legislativo e, sobretudo, com o Judiciário. Essa crise fez com que as supostas distinções entre os “militares moderados” e os “ideológicos”

¹³ Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), entre janeiro e outubro de 2020, o presidente da República atacou a imprensa 299 vezes, média de um ataque por dia. Um dos episódios de maior repercussão ocorreu em 25 de setembro, quando o presidente afirmou que tinha vontade de “encher de porrada” a boca de um jornalista d'*O Globo* que o questionara sobre os depósitos feitos pelo ex-policia Fabrício Queiroz na conta da primeira-dama Michelle Bolsonaro. Um bom resumo dos ataques de Bolsonaro a jornalistas e à imprensa em geral pode ser encontrado na matéria “Bolsonaro atacou a imprensa 299 vezes nos últimos nove meses, diz Fenaj” (*O Globo*, 14 out. 2020).

se diluíssem, e que posições fortemente autoritárias – algumas no limite do golpismo – do grupo fardado se manifestassem publicamente, em total alinhamento com o presidente da República.

Um bom exemplo disso é o artigo de opinião intitulado “Limites e responsabilidades”,¹⁴ assinado pelo vice-presidente da República, em que o general Hamilton Mourão critica simultaneamente: a imprensa, pelo que ele considera uma cobertura parcial da crise sanitária e das medidas tomadas pelo governo; o Legislativo, o Judiciário e os governadores dos estados, por tomarem decisões e iniciativas que iam de encontro ao que era defendido por Bolsonaro, no que ele classifica como “usurpação das prerrogativas do Poder Executivo”; e personalidades “que, tendo exercido funções de relevância em administrações anteriores”, faziam “apressadas ilações” e “críticas levianas” ao governo, prejudicando assim a imagem internacional do Brasil. Poucos dias depois, assumindo postura mais extremada, o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, em nota oficial, classificaria de “inconcebível” e “inacreditável” a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal solicitar a apreensão do celular do presidente, a partir de uma queixa-crime movida por partidos de oposição, advertindo que o pedido poderia “ter consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional”.

¹⁴ Hamilton Mourão. *O Estado de S. Paulo*, 14 maio. 2020.

Para além do círculo palaciano, à medida que o confronto com o Supremo Tribunal Federal se acirrava, inúmeros militares da reserva e da ativa também começaram a se manifestar, individual ou coletivamente, em apoio a Jair Bolsonaro e aos ministros fardados. E em muitas dessas manifestações públicas um velho fantasma voltaria a ser mencionado implícita ou explicitamente, ao lado das recorrentes exaltações à corporação militar, da defesa dos valores morais da nação e do combate à corrupção e às “instituições corruptas”: o da “ameaça subversiva”, personificada no “inimigo vermelho”, agora entendido – a partir da lógica do “marxismo cultural” e em sintonia com as teses da nova direita global – em sentido amplo, incluindo assim desde as forças tradicionais de esquerda até os novos movimentos sociais identificados com as chamadas “pautas identitárias” ou os grupos alterglobalistas¹⁵ e antifascistas.

¹⁵ O movimento alterglobalista surge concomitantemente ao Fórum Social Mundial, cuja primeira edição teve lugar em Porto Alegre, em 2001. Criado como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre anualmente em Davos, o Fórum Social Mundial articula uma série de movimentos sociais e ativistas de todos os continentes, críticos da globalização financeira e do neoliberalismo. A partir de seu slogan, “Um outro mundo é possível”, propõe-se a ideia – mesmo que bastante vaga – de uma “outra globalização”: a “globalização solidária” ou a “globalização dos povos”. Considerando a diversidade da “galáxia alterglobalista” como uma de suas grandes riquezas, Samir Amin (2007) identifica três vertentes principais nesses movimentos: o alterglobalismo progressista, de caráter anticapitalista, e que se articula a partir da reflexão crítica sobre as experiências das esquerdas contemporâneas; o alterglobalismo “brando”, que “inspira as tomadas de posição que encontramos tanto nas sociedades opulentas (um certo “ecologismo radical”) como nos países pobres que vi-

O próprio vice-presidente, em artigo de opinião sobre as manifestações contrárias ao governo ocorridas em 31 de maio de 2020, referiu-se aos manifestantes como “baderneiros”. Na sequência, criticou – enxergando nisso, inclusive, um viés conspiratório – as lideranças políticas, a imprensa, os representantes do Judiciário e todos os demais setores da sociedade que as consideraram manifestações pró-democracia, advertindo que, “a prosseguir a insensatez, poderá haver quem pense estar ocorrendo uma extrapolação das declarações do presidente da República ou de seus apoiadores para justificar ataques à institucionalidade do país”.¹⁶ Na mesma toada, após fortes reações negativas às suas declarações sobre o pedido de apreensão do celular de Bolsonaro, entendidas como ameaça de ruptura institucional, o general Augusto Heleno agradecerá a solidariedade recebida de companheiros de farda afirmando que “a esquerda radical tem síndrome de golpe, elucubra e lê mal”.

Também em artigo recente – “Carecemos de um projeto nacional” –, publicado no jornal *O Esta-*

vem situações desesperadas (com os fundamentalismos parareligiosos ou paraéticos); e uma terceira posição, situada entre as duas anteriores, cujos partidários têm sua origem social, majoritariamente, nas classes médias dos países ricos. Apesar de crítica à sociedade de consumo e ao modo de vida proposto pelo capitalismo, essa terceira vertente estaria muito pouco interessada nas preocupações reais das classes populares de seus países, e menos ainda nas dos países do hemisfério Sul (Samir Amin. “Que alterglobalismo?”. *Le Monde Diplomatique*, ed. portuguesa, jan. 2007; disponível em: <pt.mondediplo.com/spip.php?article1243>.

¹⁶ Hamilton Mourão. “Opinião e princípios”. *O Estado de S. Paulo*, 3 jun. 2020.

do de S. Paulo, o ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, refere-se ao fracionamento da sociedade brasileira inicialmente por “interesses alheios travestidos de ideologias”, depois, após o fracasso dessas ideologias, por “esquemas mentais alheios à natureza do povo brasileiro”, em um processo que teria se iniciado a partir da década de 1980, “a ponto de que o ser humano não mais fosse valorizado como tal, passando a que sua essência, para ser reconhecida, dependesse da militância em prol de um desses grupos onde se abrigam”.¹⁷

Nessa escalada autoritária do governo Bolsonaro, a posição dúbia das Forças Armadas e das lideranças castrenses em relação à evocação constante do artigo nº 142 da Constituição Federal pelo presidente da República e por seus apoiadores se torna mais um elemento de instabilidade. O artigo estabelece que as Forças Armadas “são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”, e serve de base, por exemplo, para a atuação das Forças Armadas na segurança pública nas chamadas Op GLO. Porém, desde 2013, grupos de extrema direita – que nos anos seguintes se tornariam a base do bolsonarismo militante – dão uma interpretação

¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 10 jul. 2020.

mais elástica ao artigo nº 142, utilizando-o para defender uma “intervenção militar constitucional”.

Com a intensificação dos conflitos entre Bolsonaro, Supremo Tribunal Federal e Congresso, essa “intervenção militar constitucional” passou a ser uma das principais palavras de ordem dos atos pró-governo que vêm ocorrendo desde março, com os manifestantes defendendo um “autogolpe” do presidente contra os demais poderes, com o apoio das Forças Armadas. A ideia de “autogolpe”, com base no mesmo artigo nº 142, ganhou ainda mais repercussão com a divulgação, por ordem do Supremo, do vídeo da já (tristemente) célebre reunião ministerial de 22 de abril de 2020, pois nela o próprio presidente acena com essa possibilidade ao dizer: “Nós queremos fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. Todo mundo quer fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. E, havendo necessidade, qualquer dos poderes pode, né? Pedir às Forças Armadas que intervenham para restabelecer a ordem no Brasil”.

Essa interpretação extremamente elástica do texto da Constituição, que atribuiria às Forças Armadas o papel de “poder moderador” em caso de conflito entre os Poderes, é majoritariamente rechaçada nos meios jurídicos e acadêmicos. No entanto, alguns autores defendem que a ambiguidade da redação do artigo nº 142, resultado das pressões militares durante o processo da Constituinte e de uma transição democrática inconclusa, permitiria efetivamente a realização de um “golpe de estado constitucional” dado pelo

presidente da República, à revelia dos demais poderes, por intermédio de uma solicitação às Forças Armadas para que elas restabeleçam a lei e a ordem.¹⁸

Ao não se posicionar claramente contra essa interpretação, limitando-se a comentários e declarações genéricas sobre seu compromisso com a democracia, as Forças Armadas acabam por passar para a sociedade a percepção de que essa possibilidade não está descartada. Isso é agravado pelo fato de inúmeros oficiais superiores da reserva, inclusive alguns integrantes de círculos próximos ao governo, se manifestarem publicamente nesse sentido. Além disso, a reação à recente decisão, em caráter liminar, do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, sobre o artigo nº 142 ilustra bem a posição dúbia dos militares sobre a questão, em especial do grupo palaciano.

Em Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), que solicitava que o Supremo delimitasse o alcance das normas jurídicas que tratam do papel constitucional das Forças Armadas, o ministro manifestou-se liminarmente de que não há margem na Constituição Federal para interpretar que elas possam intervir no funcionamento dos poderes da República, nem que os poderes Legislativo e Judiciário devam se submeter ao Executivo, deixando claro que “a missão institucional das Forças Armadas na defesa da Pátria,

¹⁸ Jorge Zaverucha. *FHC, Forças Armadas e política: Entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

na garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem não acomoda o exercício de poder moderador entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário”.

Tendo causado forte incômodo entre o núcleo fardado do governo, que a considerou uma afronta ao Executivo, a decisão de Fux recebeu resposta imediata, por meio de uma nota oficial. Assinada por Jair Bolsonaro, pelo general Hamilton Mourão e pelo ministro da Defesa, general Fernando Azevedo – a quem os comandantes das três Forças estão subordinados –, a nota afirma que as Forças Armadas não cumprem ordens absurdas como a tomada de poder, mas “também não aceitam tentativas de tomada de poder por outro Poder da República, ao arrepio das leis ou por conta de julgamentos políticos”, ressaltando que, na própria liminar, o ministro Fux “bem reconhece o papel e a história das FFAA sempre ao lado da Democracia e da Liberdade”.

No mesmo dia em que o ministro Fux concedia a liminar, a revista *Veja* publicava uma entrevista com o general da ativa e ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, na qual este declarava que era “ultrajante e ofensivo dizer que as Forças Armadas, em particular o Exército, vão dar golpe, que as Forças Armadas vão quebrar o regime democrático”, advertindo a seguir que a oposição também não deveria “esticar a corda”, no que foi considerado por inúmeros analistas e parlamentares como ameaça velada.

O flerte constante com o autoritarismo, a crença nas Forças Armadas como “poder moderador”, o revisionismo histórico em relação ao golpe de 1964 e ao período ditatorial, somados ao anticomunismo extemporâneo, todos são indicadores relevantes e significativos de que os pontos de convergência entre a pretensamente moderada “ala militar” e o núcleo ideológico mais radicalizado do bolsonarismo (incluindo o próprio presidente da República) são bem mais intensos do que procura fazer crer a narrativa construída pelos próprios militares e por parte expressiva da mídia empresarial. Em recente entrevista ao jornal alemão *Deutsche Welle Brasil*, o general Hamilton Mourão referiu-se ao coronel Brilhante Ustra – apontado como responsável pela tortura e morte de dezenas de pessoas durante o período ditatorial e ídolo declarado de Jair Bolsonaro – como um “homem de honra”, que “respeitava os direitos humanos de seus subordinados”, acrescentando que “muitas das coisas que as pessoas falam dele, eu posso te contar, porque eu tinha uma amizade muito próxima com esse homem, isso não é verdade”,¹⁹ reforçando a percepção sobre a tenuidade das diferenças entre a “ala militar” e a “ala ideológica” do governo.

Cabe ressaltar que, recentemente, setores de centro-direita voltaram a enxergar o vice-presidente como

¹⁹ “Ustra respeitava os direitos humanos” (vídeo). *Deutsche Welle Brasil*, 8 out. 2020; disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/ustra-respeitava-os-direitos-humanos/av-55209554>>.

uma alternativa “racional” e “moderada” a Jair Bolsonaro, visto que Mourão tem procurado demarcar suas diferenças com o presidente, expondo publicamente as divergências entre eles, em questões que vão de temas de política internacional e externa – como as eleições nos Estados Unidos – à gestão da crise da Covid-19. Em paralelo, diversos colunistas da grande imprensa também têm ajudado a construir essa imagem “moderada” do vice-presidente – “Bolsonaro não engole as comparações com seu vice, homem culto, que morou fora, fala línguas, gosta de livros, história e geopolítica. Como não suporta as comparações, Bolsonaro não suporta o próprio Mourão”²⁰ –, mesmo que para isso tenha de relevar ou relativizar suas posições mais extremistas:

Embora não se possa dizer que seja sensata uma pessoa que tem como ídolo o coronel Brillhante Ustra, denunciado formalmente como torturador, e aceita a tortura como arma de guerra, o vice-presidente, general Hamilton Mourão, tem defendido teses razoáveis desde o início do governo. E teve o cuidado de, eleito, não voltar a temas como a tortura ou o autogolpe, que abordou na campanha presidencial.²¹

²⁰ Eliane Cantanhêde. “Sem saliva, sem pólvora”. *O Estado de S. Paulo*, 13 out. 2020.

²¹ Merval Pereira. “Política fora dos quartéis”. *O Globo*, 14 nov. 2020.

As Forças Armadas na encruzilhada

Segundo inúmeras matérias e artigos de opinião publicados na grande imprensa ao longo de 2020, a associação entre as Forças Armadas e o presidente da República estaria começando a produzir incômodo entre os oficiais superiores da ativa, impulsionado pela percepção de que tal associação poderia vir a cobrar um alto preço da instituição militar em futuro próximo.

Parece claro que uma eventual debacle do governo poderia arrastar com ela a imagem positiva que as Forças Armadas vêm conseguindo manter junto a setores expressivos da população desde o fim da transição democrática, em processo bastante distinto do que ocorreu em países vizinhos. Em pesquisa realizada pelo Instituto da Democracia e divulgada no início de junho de 2020, há sinais de que a imagem das Forças Armadas tem se corroído, com a queda de sete pontos no sentimento de confiança da população na instituição, desde 2018 (de 33,9% para 27%). A mesma pesquisa indica que 58,9% dos entrevistados não consideram a forte presença de militares no governo algo positivo para a democracia.

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo com o surgimento de atritos e incômodos entre a oficialidade superior da ativa, uma variável que não deve ser ignorada nessa conjuntura é a “bolsonarização” dos estratos inferiores da corporação, mesmo que não se vislumbre no horizonte próximo a possibilidade de

quebra de hierarquia militar. O presidente da República tem procurado manter o diálogo direto com os praças e oficiais subalternos – prática adotada desde o início de sua carreira política –, que não por acaso constituem historicamente sua principal base eleitoral. Também a presença recorrente de Bolsonaro em formaturas e cerimônias militares demonstra a disposição do presidente em cultivar o apoio desses segmentos, apesar de haver entre eles um certo descontentamento em relação ao governo, pela não obtenção de vantagens e ganhos salariais similares aos dos oficiais na reestruturação da carreira militar aprovada no final de 2019.

Outro processo de “bolsonarização” – esse já bastante consolidado – que começa a se tornar motivo de preocupação é o das polícias militares estaduais, definidas na Constituição como forças auxiliares e reservas do Exército. Esse fenômeno ficou explicitado na greve de policiais no Ceará, nos primeiros meses de 2020, e no tratamento diferenciado dado pela Polícia Militar a manifestantes contra e pró-governo em diversos estados. A possibilidade de rebeliões pontuais contra ordens de governadores da oposição começa a aparecer no horizonte, o que poderia gerar a necessidade de utilização das Forças Armadas para contê-las. Dentro do atual contexto, isso poderia se tornar um forte elemento de instabilidade, inclusive pela imprevisibilidade do comportamento do presidente e da reação das Forças Armadas em uma questão como essa. O quadro se torna mais complicado quando se

leva em consideração a simbiose que existe em diversos estados da Federação entre parte das corporações policiais e forças parapoliciais, as chamadas “milícias” – que no Rio de Janeiro, por exemplo, já têm o controle efetivo de vastos territórios –, e os crescentes indícios de ligação entre elas e figuras relevantes do entorno de Jair Bolsonaro.²²

Para além do grupo palaciano ou dos clubes e associações de militares da reserva, tradicionalmente ultraconservadores e que não se furtam a lançar constantes manifestos contra a “subversão” e em apoio a Bolsonaro, a dependência do presidente em relação às Forças Armadas como um todo aumentou consideravelmente ao longo de 2020. O cerco jurídico promovido pelo Supremo Tribunal Federal contra os grupos bolsonaristas mais extremados, o avanço do inquérito sobre o esquema das “rachadinhas” na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – que envolve diretamente o atual senador Flávio Bolsonaro e o seu ex-assessor Fabrício Queiroz, também suspeito de ligações com milícias – e as diversas outras investigações em curso relacionadas aos filhos do presidente enfatizaram a necessidade de reforçar os laços do Planalto com os quartéis.

Isso vem se traduzindo não só na já mencionada participação crescente de militares da ativa em diver-

²² Mariana Kalil e Thiago Rodrigues. “Las relaciones peligrosas de Jair Bolsonaro”. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, abr. 2020; disponível em: <<https://nuso.org/articulo/bolsonaro-entre-el-coronavirus-y-el-crimen-organizado/>>.

sas funções de governo, mas também em vantagens pecuniárias, como o aumento de algumas gratificações. Essas concessões, na contramão da orientação ultraliberal do Ministério da Economia, somam-se à extremamente branda reforma da Previdência dos militares, muito mais uma reestruturação da carreira, inclusive com ganhos salariais, que uma reforma propriamente dita.

A partir dessas variáveis, estrutura-se a questão central nesse momento, por impactar fortemente o cenário político nacional: até que ponto as Forças Armadas estão dispostas a desgastar sua imagem pública e a sua própria institucionalidade – expondo-se inclusive, numa situação limite, à quebra da hierarquia – para sustentar Jair Bolsonaro e seu círculo mais próximo? Porém, quaisquer que sejam os próximos movimentos nesse tabuleiro, parece certo que as Forças Armadas sairão desse processo desgastadas e talvez com algumas fraturas internas, só restando saber qual será o grau do desgaste.

A ampliação dos atritos entre o presidente e o vice-presidente da República e as declarações do comandante do Exército, general Edson Pujol, em 12 de novembro de 2020, de que os “militares não querem fazer parte da política, nem querem política dos quartéis”, têm sido entendidas por muitos como sinais de tensionamento da relação entre Bolsonaro e a oficialidade superior, traduzindo a insatisfação desta última com o uso político que o presidente tem feito

das Forças Armadas.²³ Ao reiterar, no dia seguinte a essa fala, que as Forças Armadas são uma instituição de Estado, e não de governo, e que não devem se envolver em questões políticas, recebendo o apoio do general Mourão, Pujol despertou uma forte reação de Bolsonaro, que “lembrou” ao general, em uma rede social, que foi ele (Bolsonaro) quem o escolheu para o comando da Força Terrestre. Esses eventos também podem ser entendidos como sinais de que a bolsonarização dos quartéis começa a se tornar, de fato, motivo de preocupação para os oficiais-generais, pelos desdobramentos imprevisíveis desse fenômeno, que pode levar, inclusive, a cisões no interior da instituição militar.

Cabe ressaltar ainda que a crescente politização dos militares e a sua aproximação com posições de extrema direita, flertando perigosamente com o autoritarismo, contribuiu para derrubar algumas convicções até agora fortemente presentes nos meios políticos – inclusive em parte do campo progressista – e mesmo em diversos estudos acadêmicos sobre as Forças Armadas: a de que os mecanismos de controle civil sobre as Forças Armadas vinham se consolidando gradativamente; a de que o anticomunismo havia se tornado algo residual entre os militares e que

²³ Valdo Cruz. “Pujol tornou pública a insatisfação dos militares com uso político das Forças Armadas por Bolsonaro”. *Blog do Valdo Cruz*, G1, 13 nov. 2020; disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2020/11/13/pujol-tornou-publica-a-insatisfacao-de-militares-com-uso-politico-das-forcas-armadas-por-bolsonaro.ghtml>>

as disputas ideológicas do século XX estavam superadas; a de que a tradição intervencionista das Forças Armadas tinha ficado no passado, e o “partido fardado”²⁴ encerrara o seu ciclo; e, por último, a de que o compromisso dos militares com a democracia e com as regras do jogo político democrático era um fato inquestionável.

Constata-se assim que, trinta e cinco anos após o fim do período ditatorial, ainda há um forte déficit de cultura democrática nas Forças Armadas, que, embora tenha raízes históricas profundas, está diretamente ligado ao processo inconcluso de transição da ditadura para a democracia. Em quase uma década e meia de governos de centro-esquerda, essa questão não foi devidamente enfrentada, e por isso deve ocupar o ponto central de qualquer plataforma progressista nos próximos anos.

²⁴ Para Oliveiros Ferreira, “a expressão Partido Fardado não designa uma facção política, no sentido em que se fala de um partido que se constitui no mundo civil para disputar eleições”. Assim, ele “não é um grupo organizado que permanece no tempo como organização. Sua existência evidencia-se em momentos de tensão interna na corporação ou de desencontro dos militares com o governo [...]. Ele existe enquanto exerce a função de partido, qual seja, a de criar as condições para que a ‘mole militar’ a que se referia Oliveira Viana se ponha em movimento para realizar mudanças na sociedade e, eventualmente, na própria corporação” (Oliveiros S. Ferreira. *Vida e morte do Partido Fardado*. São Paulo: Editora Senac, 2000, pp. 43-44).

ADRIANO DE FREIXO tem doutorado em História Social pela UFRJ e é professor do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (Inest-UFF). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) e Ciência Política (PPGCP). Publicou como autor e/ou organizador, *Minha pátria é a língua portuguesa: A construção da ideia da lusofonia em Portugal* (Apicuri, 2009); *Futebol: O outro lado do jogo* (Desatino, 2014); *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e sociedade no Brasil do AI-5* (PUC-Rio/Contraponto, 2008), com Jacqueline Ventapane e Oswaldo Munteal Filho; *Manifestações no Brasil: As ruas em disputa* (Oficina Raquel, 2016); *2016: O ano do Golpe* (Oficina Raquel, 2016), com Thiago Rodrigues; e *Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização* (Oficina Raquel, 2019), com Rosana Pinheiro-Machado.